

FISCALIDADE PORTUGUESA AVANÇADA

Mestrado em Fiscalidade

Código: 9291123

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: Luis Filipe da Costa Ferreira Esteves

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 35h Carga Trabalho: 105h

ECTS: 5,5

Objetivos

Dotar os alunos de conhecimentos detalhados e aprofundados sobre os principais temas da fiscalidade atual, tendo em conta a realidade da atual conjuntura económica.

A presente unidade curricular visa proporcionar uma valorização profissional e um melhor desempenho da ação empresarial no domínio da Fiscalidade, dotando o aluno de um conhecimento abrangente do sistema fiscal português, através de uma abordagem equilibrada entre a perspectiva prática e a análise crítica da lei, da jurisprudência e da doutrina.

Resultados da Aprendizagem

Compreensão do regime jurídico de cada um dos módulos que compõe o mestrado; análise da jurisprudência mais expressiva; capacidade de elaborar um trabalho de análise, com formulação de juízo crítico.

Conteúdos Programáticos

I- TRIBUTAÇÃO DOS NÃO RESIDENTES - IRS

A Perspectiva do Direito Tributário, Acordos Internacionais e Direito Comunitário

II- OS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL

1. A avaliação directa/indirecta
2. Pressupostos da avaliação indirecta
3. Mecanismos de tutela
4. O caso específico das manifestações de fortuna e os acréscimos patrimoniais injustificados
5. Os principais problemas suscitados pelo regime
6. Enquadramento do regime no âmbito da jurisprudência

III- A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

1. A responsabilidade dos órgãos sociais pelas dívidas fiscais das pessoas colectivas
2. Âmbito da responsabilidade
3. Natureza. O benefício da excussão
4. Pressupostos da responsabilidade
5. O ónus da prova

IV- A CLÁUSULA GERAL ANTI-ABUSO

- a) O sentido e alcance do regime emergente do art. 38º n.º 2 da LGT
- b) O conceito de “meios artificiais ou fraudulentos”
- c) Pressupostos materiais da aplicação do CGAA
- d) Pressupostos formais: o procedimento do art. 63º do CPPT
- e) A jurisprudência mais recente

V- O REGIME DO SIGILO BANCÁRIO

1. Introdução ao Sigilo bancário
 - a) Conceito e Racional: Interesses Subjacentes e Direitos Tutelados
 - b) Sujeitos e Objecto do Dever de Sigilo
2. Consagração legislativa do Sigilo Bancário no Direito Português
 - a) Primeiras referências legais
 - b) “Lei Bancária” (DL n.º 298/92, de 31.12.) como fonte atual
 - i. Caracterização do Dever
 - ii. Tutela e regime sancionatório
 - iii. Exceções ao Dever de Sigilo: disponibilidade e cedências à relatividade (Enfoque na Revelação pela Administração Tributária no âmbito das suas atribuições)
3. Panorama atual no Direito Comparado – modelos-base e tendências recentes
4. Algumas conclusões

Bibliografia Recomendada

DIREITO FISCAL, JOSÉ CASALTA NABAIS, 4ª EDIÇÃO, ALMEDINA

LEI GERAL TRIBUTÁRIA ANOTADA, DIOGO LEITE CAMPOS E OUTROS, 2ª EDIÇÃO, VISLIS,

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL, ALBERTO XAVIER, 2.ª EDIÇÃO, ALMEDINA

CÓDIGOS TRIBUTÁRIOS

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base os objectivos que se pretendem alcançar no âmbito desta unidade curricular, bem como as competências a adquirir pelos estudantes.

No capítulo 1, procura-se que os estudantes saibam aplicar correctamente as normas internas inerentes à tributação dos não residentes, em conjugação com o disposto nas convenções internacionais sobre dupla tributação. No capítulo 5 aprofundam-se algumas das questões relacionadas com o Sigilo Bancário.

Pretende-se, no final destes capítulos, dotar os estudantes das competências necessárias à análise e julgamento profissional e capacidade de adaptação às sistemáticas alterações legislativas em matéria fiscal.

Métodos de Avaliação

A avaliação normal da unidade curricular compreende a realização de um trabalho individual, onde é avaliada a capacidade de elaborar um trabalho de análise, com formulação de juízo crítico.